

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES

Reprodução setcesp.org.br



Inflação de alimentos em queda seguiu prévia de julho

Bandeira vermelha e reajuste de tarifas pressionam inflação

A prévia da inflação de julho ficou em 0,33%, maior que a registrada em junho, 0,26%. A bandeira vermelha na conta de luz e reajustes de tarifas em cinco capitais pressionaram o bolso do brasileiro. Ao mesmo tempo, o preço dos alimentos - um vilão da inflação nos últimos meses - caiu pelo segundo mês seguido, ajudando a segurar o Índice Nacional de Preços

ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), que mede a prévia da inflação oficial.

Os dados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com o resultado, o IPCA-15 acumula 5,3% nos últimos 12 meses, acima da meta do governo, que tolera até 4,5%. Em julho de 2024, a prévia tinha sido de 0,30%. Dos nove grupos pesquisados, cinco tiveram alta.

Bolsa Família

A Caixa Econômica Federal paga nesta segunda-feira (28) a parcela de julho do Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 7. O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas, com o adicional, o valor médio do benefício sobe para R\$ 671,52.

Remessa

O dinheiro de brasileiros fora do país somou US\$ 654,5 bilhões em 2024, de acordo com informações de Capitais Brasileiros no Exterior (CBE). A declaração é obrigatória para pessoas físicas e jurídicas no Brasil, que tenham bens em valor igual ou superior a US\$ 1 milhão.

Previc



Auditores independentes analisaram 254 relatórios

Previc sugere ampliar prazo para planos de déficit

A Associação Nacional dos Participantes de Previdência Complementar e Auto-gestão em Saúde (Anapar) considera positiva a proposta da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) de ampliar para três anos o prazo para adoção de planos de equacionamento de déficit pelos fundos de pensão.

A medida vai permitir observar o comportamento do déficit por três exercícios antes de obrigar medidas de cobertura, o que possibilitará distinguir situações conjunturais das estruturais.

“Se o déficit é conjuntural, não há por que exigir aportes extraordinários imediatos”, afirma o presidente da Anapar, Marcel Barros.

Decreto

A entidade defende urgência de atualização do Decreto 4.942/2003, que trata do processo administrativo sancionador na previdência complementar. O decreto, cuja proposta de revisão já foi enviada ao governo, precisa ser atualizado para garantir maior segurança jurídica.

Investimento

A mudança visa evitar o que o superintendente da Previc, Ricardo Pena, chamou de “paralisia das cassetetes”, que inibe decisões de investimento fundamentais para o equilíbrio dos planos. De acordo com a Anapar, o assunto será acompanhado com os órgãos competentes.

Trabalho

Nesta segunda-feira (28), das 9h às 10h30, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) fará uma live especial em alusão ao Dia Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho.

A transmissão será feita pelo canal da Enit no YouTube: www.youtube.com/enit-escola.

CNI

Mapeamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que ao menos 70 empresas brasileiras mantêm investimentos produtivos em 23 dos 50 estados americanos. Os investimentos brasileiros alcançaram um estoque de US\$ 22,1 bilhões em 2024, alta de 52,3% ante 2014.

Motocicletas caem no gosto popular e frota cresce 42%

Evento vai injetar R\$ 60 milhões na economia brasileira

Por Martha Imenes

Em meio ao rebuliço do maior festival de motos e rock da América Latina, o Capital Moto Week - que vai injetar R\$ 60 milhões na economia de Brasília -, dados da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo) apontam que as duas rodas caíram no gosto popular. A frota nacional de motocicletas cresceu 42% no período de quase uma década, de 2015 a 2024, ano em que o total de veículos motorizados de duas rodas atingiu 35 milhões no país.

Segundo a Abraciclo, o Brasil produz anualmente cerca de 1,8 milhão de unidades e é o sexto maior fabricante de motocicletas do mundo. Atualmente, mais de 40 milhões de pessoas estão aptas a conduzir motocicletas no país.

Nos últimos dez anos, os estados de Alagoas, do Amazonas e da Bahia foram os que registraram maior aumento no número de pessoas habilitadas para conduzir motos, com crescimento de 86,3%, 79,7% e 62,6%, respectivamente.

“O levantamento revela que esse avanço não se limita aos maiores centros urbanos nacionais: Alagoas, Amazonas, Bahia e Piauí lideram a lista, demonstrando que o uso da motocicleta tem se expan-



Até 2 de agosto, Brasília sediará o Capital Moto Week, maior evento de motos da AL

dido por diversas regiões do país, especialmente fora dos principais polos econômicos”, destacou a Abraciclo.

Mais vendidas

As motos mais vendidas no Brasil, de acordo com a Abraciclo (Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas e Bicicletas), são principalmente modelos da Honda. No primeiro semestre de 2025, a Honda CG 160 liderou as vendas, seguida pela Honda Biz e Honda Pop 110i. Outros modelos da Honda também aparecem no ranking, como a NXR 160 Bros e a CB 300F. A Mottu Sport 110i também se destaca entre as mais vendidas.

Impulso para a cadeia produtiva do turismo

Instalado em uma área arborizada de 320 mil metros quadrados do Parque de Exposições da Granja do Torto, o Capital Moto Week 2025 funciona como vetor de crescimento na capital federal: o festival gera 17 mil postos de trabalho diretos e indiretos.

Até 2 de agosto, Brasília será a maior “Cidade da Moto” da América Latina. Em sua 22ª edição, o festival posiciona Brasília entre os principais destinos do turismo cultural mundial.

De acordo com o secretário de Turismo do Distrito Federal, Cristiano Araújo, o Capital Moto Week é funda-

mental para a cadeia produtiva do turismo.

Os números do festival impressionam: são esperados 800 mil visitantes, sendo 40% vindos de outros estados e países, quase 100% da hotelaria lotada no período do evento, segundo o Governo do Distrito Federal (GDF) e mais de 1,8 mil motoclubes de todo o Brasil e do mundo confirmados.

“Nossa missão é organizar um grande festival. Estamos criando um ecossistema cultural e econômico que projeta Brasília globalmente”, explica Pedro Affonso Franco, CEO do Capital Moto Week.

Economia criativa em destaque

Uma das novidades da edição deste ano no festival em Brasília é a criação de um espaço exclusivo para o artesanato do Distrito Federal, com a participação de artesãos locais. A iniciativa é fruto da parceria entre a organização do evento e a Secretaria de Turismo do Distrito Federal e tem como objetivo valorizar a economia criativa e a produção cultural da cidade.

“O artesanato é uma expres-

são genuína da nossa cultura. Com essa iniciativa, queremos conectar os turistas ao talento dos nossos artesãos e reforçar a identidade de Brasília como um destino cultural e criativo”, destacou Cristiano Araújo.

Sustentabilidade

De acordo com os organizadores do evento, o que distingue o Capital Moto Week de outros festivais mundiais é o compromisso com a sustentabilidade.

Pelo terceiro ano consecutivo, o evento mantém a certificação Lixo Zero e ISO 20.121, desviando 92,7% dos resíduos do aterro e compensando 110% das emissões de CO₂.

Uma das novidades da edição deste ano é a criação de um espaço exclusivo para o artesanato do Distrito Federal, com a participação de artesãos e manualistas locais. A iniciativa é fruto da parceria entre a orga-

nização do evento e a Secretaria de Turismo do Distrito Federal e tem como objetivo valorizar a economia criativa e a produção cultural da cidade.

“O artesanato é uma expressão genuína da nossa cultura. Com essa iniciativa, queremos conectar os turistas ao talento dos nossos artesãos e reforçar a identidade de Brasília como um destino cultural e criativo”, destacou o secretário Cristiano Araújo.

CMN aprovou resolução que moderniza regras de financeiras

José Cruz/Agência Brasil



Financeiras agora vão poder operar como fintechs

A partir de setembro, as financeiras poderão exercer atividades de fintechs (empresas de tecnologia financeira) de crédito e de instituições de pagamento (que movimentam pagamentos, mas não oferecem empréstimos). O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou nesta quinta-feira (24) uma resolução que moderniza as regras das financeiras e permite a incorporação de uma série de serviços, regulamentados por outras normas.

As financeiras também poderão atuar como credenciador, instituição de pagamento que faz a ponte entre comerciantes e as bandeiras de cartão de crédito e débito. Elas também poderão participar no capital social de outras sociedades de crédito.

Em nota, o Banco Central (BC) informou que as novas regras melhoram a competitividade e criam incentivos para que as fintechs de crédito e as instituições de pagamento se tornem financeiras, conforme expandam seus negócios, num

“segmento mais compatível com suas estratégias, operações e clientes”.

O CMN esclareceu que as financeiras podem emitir letras de crédito imobiliário (LCI) e certificados de operações estruturadas (COE), também podendo captar recursos no exterior. Elas já podiam fazer esse tipo de operação com

base nos respectivos marcos legais e normativos, mas as regras, distribuídas em diversos atos, foram incorporadas ao texto único.

A resolução consolida as regras das sociedades de crédito, financiamento e investimento, conhecidas popularmente como financeiras. Segundo o BC, as novas regras resultam

de uma consulta pública aberta em 2024, que teve a participação de 33 respondentes, entre associações representativas de instituições autorizadas a funcionar pelo BC, financeiras, escritórios de advocacia e até pessoas físicas.

Além de consolidar normas que estavam dispersas pela legislação, a resolução revogou regras obsoletas em vigor desde 1959. Segundo o Banco Central, o ato normativo incorpora todas as operações atualmente permitidas às financeiras, considerando seu foco no mercado de crédito, e inclui atividades de instituições mais recentes, como instituições de pagamento e fintechs de crédito, potencialmente ampliando a competitividade do segmento.

Em nota, o BC explicou que a nova resolução traz mais segurança jurídica, ao unificar as normas, e busca “posicionar adequadamente as sociedades de crédito, financiamento e investimento em relação a instituições com escopo mais limitado de atuação”.